

Adunicamp

SÓ CONVERSA FIADA...

No último dia quatro de outubro, foi realizada mais uma Reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Arrecadação do ICMS, que reuniu representantes do CRUESP e do Fórum das Seis. Outra vez, como tem sido a marca registrada do CRUESP, houve apenas simulação. A reunião não teve nenhum resultado prático. Os técnicos dos reitores insistem na defesa do patamar de 24,6 bilhões de reais de arrecadação de ICMS, a partir do qual poderia ser concedido reajuste salarial neste semestre. Como já enfatizamos várias vezes, aqui mesmo nos Boletins, tal limite de arrecadação significa reajuste zero.

A Reunião, realizada na UNICAMP, começou por volta das cinco e meia da tarde e durou quase duas horas. Os técnicos do CRUESP justificam a defesa de tal patamar como necessária para se garantir a “saúde” das universidades. Ao final do encontro, ficou acordado que uma nova reunião deve ser realizada no começo de novembro, depois de divulgação da arrecadação de outubro.

Já está bem clara a política dos reitores: simular e enrolar, enrolar e simular. Eles estão apostando no nosso cansaço e desmobilização. O patamar proposto é extremamente político. Com base nas arrecadações do ICMS divulgadas até agora (janeiro a setembro), teremos um valor estimado para 2001 em torno de 24,46 bilhões de reais. Se a proposta do Fórum das Seis, de um piso de arrecadação de 23,7 bilhões de reais, for colocada em prática, podemos ter 3,5% de reajuste salarial neste semestre.



Técnicos do CRUESP durante a reunião.



Membros do Fórum das Seis analisam planilhas.

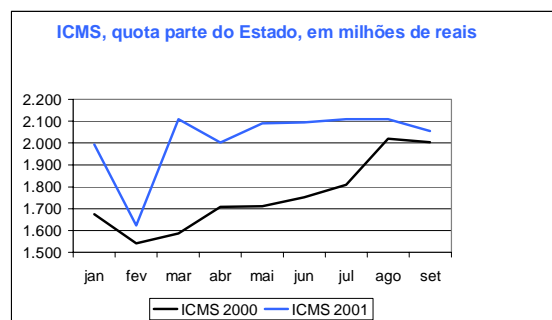
A repetição dos cenários, dos temas, das posições antagônicas, dos comunicados divergentes, do Fórum e do CRUESP, e das reuniões infrutíferas de negociação já se faz sentir. Agora é o momento de decidirmos o que queremos: encerrar a Campanha Salarial e nos contentarmos com o aumento de 6% que tivemos em maio, já corroído pela inflação, ou continuar mobilizados e lutando por novo reajuste neste semestre.

3,5% DE REAJUSTE JÁ!

A arrecadação do ICMS de setembro foi de 2,06 bilhões de reais, apresentando uma elevação de 2,5% em relação ao valor arrecadado em setembro do ano passado.

Com base na fórmula que serviu de referência para o cálculo dos reajustes que tivemos na campanha passada e no ICMS de setembro, temos um valor estimado de arrecadação para 2001 em torno de 24,46 bilhões.

Considerando a proposta do Fórum das Seis, de um piso de arrecadação de 23,7 bilhões de reais, os reitores têm condições de dar um reajuste salarial de 3,5% neste semestre.



O CRUESP, seguindo a posição da reitoria da UNICAMP, não aceita um piso inferior a 24,6 bilhões. E esse valor significa **reajuste zero**.

TRUCULÊNCIA DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERRE DIREITO DE GREVE

O ministro da Educação e ex-reitor da UNICAMP, Paulo Renato Souza, esperou que a greve das universidades federais chegasse ao 34º dia para decidir ouvir as entidades representativas de docentes e técnico-administrativos. No dia seguinte à audiência, na qual não se chegou a nenhuma proposta concreta para o atendimento das reivindicações das categorias paralisadas, o ministro, numa atitude autoritária e truculenta, determinou o não pagamento dos salários de professores e funcionários. Imediatamente, as assessorias jurídicas do ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE entraram em juízo com mandado de segurança contra a medida. Uma liminar do ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal da Justiça, determinou o repasse das verbas para o pagamento dos salários. O MEC entrou com recurso contra a liminar,

que foi suspensa pelo ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal. Resultado: docentes e funcionários das universidades federais estão sem salários.

Demagogicamente, o ministro Paulo Renato argumenta que a decisão foi tomada para evitar que a greve comprometa o ano letivo e os vestibulares. Se o ministro estivesse realmente preocupado com essas conseqüências, não teria demorado 34 dias para se reunir com as categorias em greve. Além disso, teria iniciado, de fato, um processo de negociação para um desfecho rápido do impasse.

Além de ser um movimento absolutamente legítimo, uma vez que professores e funcionários estão há sete anos sem reajustes salariais de fato, a greve não foi considerada ilegal. Portanto, a medida fere o direito de greve previsto pela Constituição Federal.

ASSEMBLÉIA DA ADUNICAMP APROVA MOÇÕES DE REPÚDIO AO NÃO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS DO DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E DE APOIO À GREVE

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, docentes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), reunidos em Assembléia Geral, em 2 de outubro de 2001, aprovamos moção de repúdio à decisão do Ministro da Educação, Professor Paulo Renato, de suspender o pagamento do salário dos docentes e funcionários, em greve, das Universidades Federais.

Consideramos que a atitude do Ministro configura um grave ataque ao direito de greve, direito legítimo e essencial, garantido em regimes democráticos.

Sendo docente, ex-presidente da ADUNICAMP, ex-Reitor da UNICAMP e ex-Secretário de Estado da Educação de São Paulo, o Ministro Paulo Renato, com esse gesto, apequena sua biografia política e profissional, e nos envergonha. Estarrecidos, vemos o Ministro desenvolver uma política sistemática de destruição do ensino público, de repressão aos sindicatos e de desrespeito à comunidade universitária. Solidários aos companheiros das Universidades Federais, expressamos nosso desapreço à triste figura do Ministro Paulo Renato da Costa Souza.

Assembléia da ADUNICAMP

MOÇÃO DE APOIO À GREVE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Docentes da UNICAMP, reunidos em Assembléia no auditório da ADUNICAMP em 02/10/2001, aprovaram moção de apoio e solidariedade ao movimento de greve dos servidores docentes e técnico-administrativos das Universidades federais. Consideram legítimas e justas as reivindicações de incorporação de gratificações e reajustes salariais, que não lhes são concedidos há sete anos, e reconhecem que tais reivindicações se inscrevem num contexto mais amplo de lutas em defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Assembléia da ADUNICAMP

ADUNICAMP COBRA DA REITORIA APOIO AOS DOCENTES DO IFCH

A diretoria da ADUNICAMP, frente aos desdobramentos do incidente entre os docentes do IFCH, Ângela Araujo e Sergio Silva, encaminhou a reitoria, no último dia três de outubro, o seguinte ofício:

Of. Nº 23/001 - AD
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, 3 de outubro de 2001.

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Hermano Tavares
Magnífico Reitor da Unicamp

Prezado Senhor Reitor,

A Adunicamp vem acompanhando os desdobramentos do incidente ocorrido nas dependências do IFCH, envolvendo os colegas docentes Sérgio Silva e Ângela Araujo e dois soldados PM, no último dia 4 de setembro. Causa-nos grande preocupação a atuação da Administração Central da UNICAMP nesse caso. Em primeiro lugar, consideramos precipitada e equivocada a atitude do Prefeito do Campus de encaminhar ofício ao Comandante da 3ª Cia, em que lamenta o incidente e elogia a atuação da polícia na Universidade, sem ter ouvido os docentes. Não temos dúvida de que esse documento motivou os policiais a entrar com Boletim de Ocorrência contra os professores, por reforçar as denúncias feitas pelos policiais no inquérito instaurado.

Os Professores Doutores Ângela Araujo e Sérgio Silva são dois cientistas sociais de notório reconhecimento no país e trabalham na UNICAMP há cerca de duas décadas, sem que sobre eles paire alguma pecha de irresponsabilidade ou acusação de posturas irrefletidas. Invocamos o testemunho do professor Hermano Tavares, Reitor, que com eles construiu momentos políticos importantes na história da UNICAMP e da ADUNICAMP. A prudência requer que todo dirigente em situações de conflito, antes de tomar qualquer decisão, tem o dever moral de ouvir as partes envolvidas antes de tomar iniciativas ou decisões. Neste caso, em função do histórico das pessoas envolvidas, o fato de não obedecer a esse preceito ético básico levou a um agravamento do que certamente seria um incidente de menores proporções.

Em segundo lugar, em reunião solicitada pelo Diretor do IFCH com o Reitor e o comandante da PM em Campinas, cujo objetivo era buscar uma solução negociada para o caso, o Reitor, também sem ter ouvido os docentes, limitou-se a manifestar seu apoio à presença da polícia no campus ao invés de defender os colegas e propor um fim para a crise.

Por fim, equivocadamente, a Reitoria constituiu uma Comissão de Sindicância, em uma atitude sem precedentes na história desta Universidade. Qual o sentido dessa Comissão? Se fosse para colher informações, bastaria um civilizado convite aos colegas que se colocariam à disposição para apresentar a sua versão dos fatos. De outra forma, põe-se em curso uma engrenagem burocrática repressora ou, no mínimo, fomentam-se constrangimentos. Ressalte-se que a mesma Comissão, que convocou os docentes a prestar declarações, não tem poderes para convocar a outra parte, os policiais militares, deixando evidente a sua limitação para atuar. De outro lado, a nomeação da Comissão pode ser entendida pela comunidade universitária como uma manifestação de desconfiança da Administração com relação aos colegas. Queremos deixar absolutamente claro que não temos nenhuma restrição aos colegas que foram designados para compor a Comissão, que em última instância têm a delicada responsabilidade de conduzir um processo de sindicância, preservando a reputação ilibada dos nossos colegas, cuja contribuição acadêmica à Universidade é notória.

Tendo em vista a repercussão que este acontecimento vem tendo no interior da Universidade e fora dela, com prejuízos pessoais e institucionais evidentes, a ADUNICAMP considera que Reitor deve cancelar a portaria que criou a Comissão de Sindicância.

Atenciosamente,
José Roberto Zan
Presidente

ATOS VITORIOSOS EM PROL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Na UNICAMP, a paralisação do dia três de outubro foi bastante positiva. Cerca de 85% dos docentes e 60% dos funcionários aderiram ao movimento. As dez da manhã foi realizado um Ato Público no Ciclo Básico que contou com a participação de 300 pessoas. A paralisação teve ampla cobertura da imprensa regional e estadual.

No mesmo dia foi realizada, em Brasília, a “2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública”, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, com apoio de outras entidades, como: ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE. Cerca de quarenta e cinco mil pessoas participaram da Marcha, defendendo a educação pública, gratuita e de qualidade. Um boneco representando o ministro da Educação e ex-reitor da UNICAMP, Paulo Renato Souza, foi queimado pelos manifestantes. O ministro está retendo os salários dos docentes e funcionários das universidades federais em greve.

O lado negativo foi a atuação truculenta e re-



Começo da concentração para o Ato Público na UNICAMP.

pressiva da polícia, que acabou entrando em conflito com os manifestantes e detendo seis estudantes. O presidente da CNTE, Carlos Augusto Abicalil, lamentou a atuação da polícia. “Essa é a postura de um governo que não quer ouvir a sociedade e está de costas para o país”, criticou. Uma comissão de lideranças da Marcha foi recebida pelo ministro Paulo Renato, que se comprometeu em transmitir as reivindicações ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

GOVERNADOR APROVA NOVAS VAGAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) aprovou, na última semana de setembro, a abertura de 1.080 vagas em cursos de graduação nas três universidades públicas do Estado. Segundo estimativas, serão necessários R\$ 50 milhões de reais, além do valor já destinado às instituições, para a realização do empreendimento. A liberação desse montante ainda está em discussão.

De acordo com o jornal “O Estado de São Paulo”, edição de 25/09/01, das três universidades públicas paulistas, o maior número de vagas para o próximo ano será criado pela UNESP. Serão 500, em treze cursos. Entre eles, os cursos de biologia marinha e gerenciamento costeiro num novo campus na Baixada Santista.

A ampliação no número de vagas faz parte de um projeto de expansão das universidades públicas

do Estado, encomendado pelo CRUESP à pró-reitorias de graduação das três instituições. Projeto este que na fase de elaboração não foi discutido, em nenhum momento, com a comunidade acadêmica. Tal fato provocou grande estranheza e indignação, uma vez que professores, funcionários e alunos deveriam, no mínimo, serem ouvidos antes da conclusão do estudo.

A matéria do “Estadão” ainda afirma que, em dez anos, está prevista a criação de 56.745 novas vagas em cursos convencionais, sequenciais, programas de formação de professores e cursos profissionalizantes de nível superior. A maior parte das vagas não será oferecida pelas universidades, mas pelas Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza. Enquanto as universidades são responsáveis pela criação de 4.145 novas vagas, as Fatecs devem criar 47 mil novos postos.

ADUNICAMP DEFINE NOVOS CRITÉRIOS PARA USO DO AUDITÓRIO

Durante Reunião de Diretoria da ADUNICAMP na semana passada, foram definidos novos critérios para o uso do Auditório e da Sala Multiuso. As novas definições estão relacionadas na página da ADUNICAMP na internet. O endereço é o: <http://www.adunicamp.org.br>.